

I CNPM - Os governos estaduais estão comprometidos?

A Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres analisou ontem (7), em Brasília, o documento elaborado pela Comissão Especial Temática e de Relatoria, que será a base para os debates de grupos e para a plenária da Conferência.

Reunida desde o dia 03, a Comissão trabalhou na elaboração de propostas a partir das contribuições dos estados e levando em conta o subsídio enviado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) na etapa estadual da CNPM.

O documento construído pelas relatoras prepara a construção da Política Nacional para Mulheres, que conterà princípios, diretrizes gerais e diretrizes por eixo. Depois de aprovado pela Comissão Organizadora, que é composta por integrantes da SPM e do CNDM, o documento estará disponível no site da Secretaria nesta sexta, dia 09. A partir daí, os movimentos de mulheres e as delegações deverão refletir sobre como atuar na Conferência Nacional, considerando que as proposições aprovadas na I CNPM vão fixar os termos da Política Nacional para Mulheres: um instrumento que deve fundamentar todos os planos de governos, programas e projetos, nos níveis federal, estadual e municipal. Uma conquista.

Relatoras

Integram a Comissão Temática e de Relatoria feministas convidadas pela SPM que trabalharam na elaboração do documento-base para etapa estadual, feministas indicadas pelas representantes do CNDM, além daquelas que atualmente integram a equipe da SPM.

Na videoconferência promovida na última terça, 6, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) ainda não foram resolvidos os problemas de transporte de delegações de vários estados, mas foram expostas as linhas temáticas e a programação da Conferência.

Frente a posicionamentos dos governos que não pretendem financiar a ida das delegadas da sociedade civil, a ministra Nilcéa Freire sugeriu que as delegadas buscassem apoio junto a outros setores, a exemplo de parlamentares. A ministra disse ainda que o CNDM irá estudar que tipo de sanção será proposta para os governos que não cumpriram os acordos firmados neste processo da conferência, convocada pelo Governo Federal.

A conferência será realizada no Clube do Exército, Setor de Clubes Sul, trecho 02, conjunto 23, Brasília. Para mais informações, contactar com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: (61) 21049372 / ConferenciaMulheres@spmulheres.gov.br.

Aborto legal em caso de anencefalia

Mulheres portadoras de fetos anencefálicos (sem cérebro) poderão interromper a gestação a qualquer momento, sem autorização judicial. Esta foi a decisão tomada pelo ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar também garantindo proteção a médicas/os e profissionais de saúde que realizam a antecipação terapêutica do parto nos casos de anencefalia. A ação junto ao Supremo foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), com a assessoria técnica do ANIS: Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. A Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia também emitiu parecer técnico para esta ação. Até agosto, será julgado pelos ministros do Supremo o mérito definitivo da ação, havendo grandes chances de uma decisão favorável.

Após saber da decisão do Supremo, o Ministério da Saúde divulgou nota informando que o Sistema Único de Saúde cumprirá a medida em todo o país, assim que a Advocacia Geral da União for notificada.

10 anos da Convenção de Belém do Pará

O caso de Maria da Penha Maia Fernandes evidencia a omissão, negligência e tolerância com casos de violência contra as mulheres. O mundo inteiro está atento a este que foi o primeiro encaminhamento do tipo à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (OEA), sob a responsabilidade de CEJIL e CLADEM.

Em 2001, a Comissão responsabilizou o Estado brasileiro, fazendo uma série de recomendações. O agressor, ex-marido de Penha, foi preso em 2002, quase no momento de prescrição da pena. Falta ao governo brasileiro cumprir com o restante das recomendações feitas na OEA.

A Articulação de Mulheres Brasileiras manifesta a sua indignação com a falta de encaminhamentos e resolução das recomendações.

Estaremos atentas, acompanhando os próximos passos até a resolução do caso. O processo do caso Maria da Penha foi divulgado por Agende em recente publicação sobre a Convenção de Belém do Pará. Informações: agende@agende.org.br

Destaques da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos

Na IX Conferência Nacional de Direitos Humanos a cor lilás do feminismo esteve presente na plenária que reuniu 580 delegadas/os e 400 observadoras/es, através de lenços que foram usados por feministas e por todas/os que se aliam à defesa dos direitos humanos das mulheres. Participaram da Conferência fóruns e articulações estaduais de mulheres e a AMB esteve como delegada entre as organizações integrantes do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH).

Entre as principais proposições aprovadas na Conferência, está o princípio do Estado laico e a afirmação de que com a atual política econômica não há perspectiva de efetivação dos direitos humanos. As/os delegadas/os presentes também aprovaram que seja feito estudo e relatório de impacto sobre os direitos humanos para grandes empreendimentos, incluindo aqueles que contam com amplos financiamentos públicos.

A Conferência debateu princípios e a estrutura do Sistema Nacional de Direitos Humanos, prevendo a continuidade de sua elaboração. Um debate polêmico, foi o que tratou da composição do Conselho Nacional de Direitos Humanos, ficando aprovado que deverá ser formado majoritariamente pela sociedade civil.

Avaliações

Para Ivônio Barros, assessor do Ibase e Coordenador do FENDH: "A IX Conferência foi um sucesso para a sociedade civil, porque mobilizou um conjunto muito grande e diverso de entidades e gerou a possibilidade de organização de novas redes e fóruns estaduais". Para Ivônio, a Conferência também foi excelente para vários governos estaduais, ministérios públicos e defensorias, porque proporcionou um contato maior com entidades nacionais e regionais. Em relação aos legislativos, fortaleceu suas Comissões de Direitos Humanos e as colocou mais próximas da sociedade.

Por outro lado, Ivônio destaca que a Conferência não foi tão positiva para o governo federal, que não soube aproveitar a oportunidade que se abriu para concertação com governos estaduais e entidades da sociedade civil. "Seria um bom momento para que o governo pudesse discutir seu plano de ação, aperfeiçoar seus mecanismos de gestão, mas ele se perdeu em questões pequenas". Ivônio ainda destaca como ponto forte da Conferência a ação do Inesc,

com a Nota Técnica sobre o orçamento. Segundo ele, o documento mostrou o descompasso entre o discurso e a realidade, apontando que ainda temos muito o que pressionar o governo para que as ações do Plano Nacional de Direitos Humanos sejam cumpridas.

Na opinião de Eleonora Menicucci, relatora do Direito à Saúde da Plataforma DHESC (Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais), um dos fatos importantes desta IX CNDH foi a grande diversidade de sujeitos políticos e de entidades participantes. "Esta Conferência desloca o debate dos Direitos Humanos dos direitos civis e políticos, abrindo mais espaço para o debate dos direitos econômicos, sociais e culturais e para questões que eram consideradas de menor importância, referentes aos direitos das mulheres e dos homossexuais e lésbicas". Neste sentido, Eleonora chama a atenção do movimento feminista para a necessidade de privilegiar a pauta dos Direitos Humanos em sua agenda.

Eleonora considera que o Ministro Nilmário Miranda tentou conduzir a Conferência ao interferir para que a metodologia dos grupos de trabalho se concentrasse no debate da criação de um Sistema Nacional de Direitos Humanos, e ainda na plenária final, para que votasse questões de interesse da Secretaria. Ao pretender legitimar na Conferência o Estatuto do Desarmamento, o ministro convidou para a mesa, entre outras autoridades presentes, a CNBB, que foi fortemente rejeitada por uma grande manifestação que invocou o caráter laico do Estado brasileiro.

Cláudio Nascimento, da Associação Brasileiras de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT/RJ, também demonstrou-se preocupado com a atitude do governo nesta Conferência, tentando tutelar os movimentos sociais e impor a sua agenda. Para ele, a sociedade civil compreendeu o processo e reagiu fortemente, conseguindo recuperar parte da pauta de suas prioridades para a ampliação dos direitos humanos. Cláudio também considerou importante o fato de que esta Conferência avançou no sentido da articulação da sociedade civil organizada.

Cairo +10

Durante as sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (28 junho a 02 de julho), realizadas em San Juan, Porto Rico, foi reafirmada a Plataforma de Ação do Cairo e a Declaração sobre População e Desenvolvimento de Santiago do Chile.

A avaliação do Caucus (encontro) das mulheres presentes na reunião da CEPAL é que os Estados Unidos manteve o mesmo padrão de chantagem e pressão que tem utilizado neste processo, principalmente em relação a países da América Central. Mas isso apenas reforçou o seu isolamento, confirmando a reunião da CEPAL ocorrida no México no início do mês de junho, esta sobre Beijing+10.

Para as feministas presentes ao Caucus, os EUA têm aplicado ao campo dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos o mesmo enfoque unilateral que utiliza em sua política exterior militar. Ainda segundo elas, entre as razões mais importantes para a derrota norte-americana estão: a defesa da integridade e soberania dos países frente às pressões dos EUA; a forte presença (na reunião da CEPAL) de organizações de mulheres jovens, indígenas e parlamentares comprometidas/os com a democracia de toda a região; e uma forte tradição latino-americana e do Caribe na defesa dos direitos sociais, além da perda de credibilidade americana pela guerra no Iraque.

Contra o racismo

A Associação Cultural de Mulheres Negras - ACMUN abre inscrições para curso de extensão universitária para educadores/as, na perspectiva de contribuir para a implementação da Lei 10.639, que prevê o ensino da história e cultura afro-brasileira. As inscrições se encerram no dia 2 de agosto. Informações pelo fone (51) 3212-6895 ou pelo e-mail educacao@acmun.com.br.

CONtextos

Divulgamos nesta edição a nota técnica do Inesc que analisou o que falta ser executado no Plano Nacional de Direitos Humanos, destacando o que foi desvirtuado pelo governo Lula. O texto provocou o descontentamento do ministro Nilmário Miranda e levou o Inesc a divulgar uma segunda nota para esclarecimento, mantendo a crítica já feita à atuação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Anexamos também esta segunda nota.

Os outros arquivos trazem a Carta de Brasília, aprovada ao final da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, e a Declaração do movimento de mulheres na reunião da CEPAL /Cairo +10 (nota nesta edição).

10º EFLAC

Dentro do processo preparatório ao 10º Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, será realizada no próximo dia 14, em Brasília, a primeira reunião da Comissão Organizadora com os Comitês Consultivos Nacional e do Cone Sul. Estará em pauta a discussão sobre conteúdo, formato e metodologia do Encontro.

O 10º Encontro será em São Paulo, em outubro de 2005. Para a Comissão Organizadora, composta por 17 feministas, o Encontro precisa ser concebido como um processo coletivo e que deve contar com a contribuição de feministas brasileiras e do Cone Sul, marcando a revitalização da articulação feminista na região, com o destaque para debates cruciais em torno do eixo Feminismo e Radicalização da Democracia na América Latina e Caribe.

Mais informações pelo e-mail: 10encontro@uol.com.br ou pelo fone (11) 3873.2803 ou pelo fax: (11) 3862.7050

Sexualidade, relações familiares e religião

O Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (IMS/UERJ), em parceria com o GREFAC (UFRJ-UERJ) e com o Museu Nacional, realiza de 04 a 06 de agosto, no Rio de Janeiro, o seminário Relações Familiares, Sexualidade e Religião. Inscrições até 25 de julho, pelo e-mail grefac@uerj.br. Informações pelo fone (021) 2587 7746.